

1º CONGRESSO DE ESTUDOS RURAIS

'MUNDO' RURAL E PATRIMÓNIO

Associativismo Cultural no Douro: Um Património a Valorizar

Joaquim Grácio e Artur Cristóvão

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Quando os Ingleses se rirem de eles terem muito dinheiro e nós pouco, torçamos a orelha e choremos, como crianças, pelas barbas abaixo. Quando eles compararem o Strand of Regent-Street, com os arruamentos da nossa cidade baixa, agachemo-nos. Quando perfilarem as suas estradas com as nossas azinhagas reais, cubramos a cara. Mas quando compararem as venturas do homem de trabalho inglês com a triste sorte do peão português, risada. Quando opuserem as virtudes e ilustração das suas classes ínfimas à barbárie e estupidez das nossas, duas risadas. Quando encherem as bochechas das suas velhas liberdades (do tempo de Ricardo III, de Henrique VIII, de Isabel, de Cromwel, e de Carlos II), das suas leis de propriedade em particular e da clareza, simplicidade e rectidão de todas as suas leis em geral, e nos atirarem à cara o obscurantismo dos nossos antigos monarcas, a bruteza da nossa ordenação, a intolerância dos inquisidores, trinta risadas.

Quando, enfim, nos oferecerem, em escambo das nossas crenças e dos nossos costumes, os seus costumes e a sua crença, que esboroa há mais de dois séculos em quatrocentas crençazinhas, com os seus nomes muito arrevesadinhos, quatrocentas risadas ou, antes, uma só, mas retumbante, maciça, inextinguível.

Alexandre Herculano, “O Pároco de Aldeia”, séc. XIX

1. Cultura e Douro

Nas suas associações, Portugal possui um tesouro fabuloso. Um tesouro de força e de riqueza: de força, porque as associações são da iniciativa daqueles que as dirigem; são do povo e para o povo, os principais baluartes duma democracia genuína e espontânea; de riqueza, pela variedade de objectivos, de actividades, de experiências e de conhecimento.

Johan Norbek, 1983

Embora o conceito de Cultura continue a ser, nos nossos dias, objecto de estudo e de discussão, tem havido algum consenso relativamente a que ela seja constituída por todo “o património de artefactos materiais ou espirituais em que o Homem se movimenta e de que se serve para satisfazer as suas necessidades físicas, fisiológicas e espirituais, que recebeu dos seus antepassados ou que acrescentou, modificou, transformou ou inventou e que transmite” (Lima, 1982:38) aos seus descendentes.

Perante esta definição, a Cultura tem, portanto, a ver com o Homem e é inerente à sua condição. Vivendo o Homem num espaço físico, a Natureza, e não podendo viver sem ser em Sociedade, podemos concluir que “não há Homem sem Cultura, nem Cultura sem Sociedade” (Lima, idem: 39). Como cada homem sente as coisas de forma diferente e responde diferentemente às solicitações e aos desafios que a Natureza e a Sociedade permanentemente lhe propõem, então também cada grupo, cada comunidade, cada povo assume os seus valores, realiza as suas obras, elege os seus comportamentos. Numa palavra, conquista a sua identidade própria e afirma a sua cultura particular.

Constituindo o Alto Douro uma região específica, que há mais de dois séculos se encontra incontornavelmente ligada a um produto que é também a sua bandeira e lhe molda o espírito – o vinho do Porto – faz todo o sentido falar-se numa cultura duriense, caracterizadora do *modus vivendi* do Homem do Douro, normalmente determinado pela necessidade de responder aos problemas de subsistência e de organização de recursos, é certo, mas, também, pelo seu esforço “em explicar a natureza e a sua própria existência, no desejo de propiciar e atrair a Fortuna, nas aspiração de evitar males que não podia compreender “ (Knowlson, citado por Barroso da Fonte, 1985). E

foi assim que o Homem do Douro respondeu ao *oídio* com o enxoframento das videiras, à *filoxera* com a enxertia em “bacelos americanos”, ao *míldio* pelo recurso à calda bordalesa e aos desafios do rio com a utilização dos barcos rabelos, criou e transformou alfaias agrícolas, ou povoou as colinas com quilómetros de paredes que caíam de branco.

Foi também assim que tentou aplacar as forças sobrenaturais com o recurso a rezas, polvilhou de ermidas os cerros dos montes, se engalanou para as romarias, construiu provérbios, inventou rifões, recorreu a bruxas e videntes, e, nalguns casos, deles se socorreu para antecipar o conhecimento do futuro ou obter a cura para os males de que padecia. Encontrou, ainda, formas e espaços de diversão, fosse no terreiro, na romaria ou no lagar. Inventou cantigas, onde exprime os seus sentimentos de alegria e de tristeza, rezas e romances, onde evoca figuras históricas, reais ou lendárias, lengalengas e jogos, alguns associados ao próprio trabalho agrícola e onde revela a sua maneira de fazer teatro.

A propósito do Teatro, e do razoável número de espaços teatrais que se encontram na região, de notar que o testemunho escrito mais antigo que se conhece sobre manifestações teatrais em Portugal data de 1193 e refere-se à doação, por D. Sancho I, de umas terras no lugar de Canelas, da freguesia de Poiares, a um tal Bonamis e seu irmão Acompaniado, em paga de um “arremedilho” que estes teriam feito representar na corte (Rebello, 1991). Este “arremedilho” terá sido o primeiro texto teatral escrito em Portugal e os seus autores eram durienses.

2. Associativismo Cultural no Douro

*O Douro é vinho. Vinho e Vinha. Pode ser rio, pode ser terra.
Mas é, sobretudo, vinho.*

António Barreto, 1993

São numerosas as associações que, espalhadas pelo território, constituem o principal espaço de convívio, de recreação e de cultura do Alto Douro. Se é relativamente fácil identificar este espaço associativo, torna-se, no entanto, um pouco difícil classificar tipologicamente as associações porque, como salienta o estudo “O Sector da Cultura: Práticas e Política nos Municípios da Região do Norte” (CCRN, 1998), elas próprias se designam como culturais, recreativas, desportivas e sociais, sendo, efectivamente, um pouco de tudo isto. Muitas delas, no entanto, começaram

como culturais, ou culturais e recreativas, evoluíram para sociais e acabaram por se transformar, apenas, em futebolísticas. Encontramos, assim, um pouco por toda a parte, *associações culturais, desportivas e recreativas, centros sociais, culturais e recreativos* ou, apenas, *associações culturais*.

Estas associações não podem ser, no entanto, separadas da vivência cultural da região, antes dela dimanar e com ela se entrecruzam, conferindo ao Douro uma identidade cultural que o torna “um sub-espço verdadeiramente característico entre os que compõem o espaço português” (Ferreira, 1993: 1), identidade caldeada por um passado histórico e um património cultural e material que vem de há séculos.

Cruzando os dados obtidos por inquérito enviado às Câmaras Municipais do Alto Douro com os fornecidos pela Delegação Regional da Cultura do Norte, pelo Centro Cultural Regional de Vila Real e pelas Delegações do INATEL de Vila Real e Bragança, foi-nos possível encontrar, conforme a actividade principal a que se dedicam, Bandas de Música, Ranchos Folclóricos, Grupos de Teatro, Tunas e outras, englobando nesta designação Grupos Corais, Fanfarras, Cine Clubes, Bandas de Garagem, Grupos de Zés P'reiras e Associações de Promoção Turística e Cultural (ver Quadro 1).

Quadro 1. Associações Culturais no Douro por Concelho e Tipo

CONCELHOS a)	BANDAS DE MÚSICA	RANCHOS FOLCLO- RICOS	GRUPOS DE TEATRO	TUNAS	OUTROS	TOTAL
Alijó	2	4	4	-	23	33
Armamar	-	3	-	-	7	10
C. Ansiães	1	-	-	-	13	14
F. Esp. Cinta	1	-	-	-	3	4
Lamego	3	3	1	2	11	20
Mesão Frio	-	3	-	-	3	6
Murça	1	8	1	-	6	16
Peso da Régua	-	2	1	-	5	8
Sabrosa	1	2	1	-	5	9
S.M. Penaguião	1	2	-	1	2	6
S.J. Pesqueira	1	2	1	1	3	8
Tabuaço	1	2	-	1	3	7
T. Moncorvo	-	-	-	-	15	15
Vila Flor	-	-	-	-	7	7
V.N.F.Côa	7	1	-	-	8	16
Vila Real	4	3	3	2	13	25
TOTAL	23	35	12	7	127	204

a) À excepção dos Concelhos de Alfândega da Fé, Mirandela, Mêda, Figueira de Castelo Rodrigo e Resende, pela reduzida expressão de território integrado na Região Demarcada do Douro.

Estas associações, localizadas numa zona eminentemente rural, reflectem, nas actividades que realizam, esta mesma ruralidade e o peso de uma tradição que, nalguns casos, vem já de finais do séc. XVIII. As bandas de música e as tunas que ainda hoje existem são o exemplo dessa tradição centenária, bem como alguns grupos de teatro cuja origem se pode encontrar nas representações dos Cascos ou Ramos da época natalícia que, por sua vez, entroncam nos Autos ou Mistérios da Vida de Cristo¹.

Os ranchos folclóricos, à excepção do da Casa do Povo de Barqueiros (1935), são de fundação mais recente, a maioria deles surgidos após a Revolução de 1974. Na sua esfera têm vindo a surgir, desde o último quartel do século passado, os chamados grupos de Cantadores de Janeiras, com o objectivo de recuperar as velhas melodias natalícias que os grupos de "reiseiros" ² cantavam à noite, de porta em porta, nos princípios de cada ano.

Assiste-se, por outro lado, à emergência de associações juvenis, de hábitos e gostos mais urbanos, menos rurais, que, ainda que não hostilizem as práticas culturais tradicionais, preferem a música "rock", o cinema e as bandas de garagem.

O universo associativo é, hoje como no passado, portanto, um factor incontornável do mundo rural e uma das suas maiores riquezas: ele dá expressão ao desejo permanente de inter-ajuda e de cooperação das comunidades, tem sido o garante da permanência, ao longo dos tempos, de sentimentos e tendências democráticas (Norbeck, 1983) e assume-se como um dos elementos fundamentais do Desenvolvimento Local, não apenas em função das actividades que realiza mas, sobretudo, pelo "potencial de mobilização e de reivindicação" (Vieira e Rodrigues, 1993:1204) que representa e o entusiasmo que suscita. É, em suma, escola de cidadania activa.

De facto, se é verdade que as associações proporcionam a oportunidade de, em simultâneo, educar e desenvolver (Norbeck, 1984) e que, pela sua diversidade e variedade, abarcam um vasto universo de realizações (Costa e Neves, 1991), o que lhes confere maior riqueza (Vieira e Rodrigues, 1993), elas, como identidades locais recriadas por memórias históricas, potenciam sinergias entre as forças e capacidades locais com os meios exógenos, os investimentos privados ou os créditos públicos (Kayser, 1994) e assumem-se como motor de desenvolvimento económico e social.

Esta enorme tradição cultural e associativa que no Douro se desenvolve e radica na própria idiossincrasia do povo duriense, na medida em que preserva, protege,

¹ Cfr. "A Criação do Mundo ou o Ramo", António Cabral, in "Estudos Transmontanos" n.º 4, 1990.

² Cfr. "Rerra Firme", Moguel Torga, 1941.

transmite e reproduz a sua própria herança civilizacional, resiste à massificação, afirma as especificidades do território e reforça o pluralismo (Melo, 1997). É, efectivamente, um património a valorizar, sabendo-se, por outro lado, como, por vezes, o orgulho pelas suas raízes tem sido, nas associações, superior ao desenvolvimento da capacidade crítica e à abertura a novas tecnologias, resvalando para comportamentos de bairrismo exacerbado que, em determinadas circunstâncias, tem dificultado o diálogo entre os actores culturais e feito perigar “a emergência de novos domínios culturais e de novas políticas culturais” (INE, 1999: 95).

Apesar disto, no entanto, o universo associativo é hoje muito mais vasto do que era antes e não se esgota na valorização e na divulgação dos traços identitários das comunidades em que se inserem. Apesar de já não se constituírem, como na década de setenta, nos espaços privilegiados de discussão e vivência democráticas que tanto entusiasmaram Johan Norbek³, as associações mantêm, ainda hoje, um forte potencial mobilizador, bastando, para tal, atentar no facto de um em cada 10 portugueses ser sócio de uma associação cultural e recreativa (INE, 1999).

À maior diversidade e variedade de associações que se regista pode não tem correspondido, no entanto, a uma maior dinâmica, fruto, essencialmente, do envelhecimento da população, dos movimentos migratórios sazonais e da irregularidade na atribuição dos subsídios de que as associações frequentemente dependem para custear as suas actividades⁴.

O financiamento das associações, juntamente com a inexistência, na região, de técnicos habilitados, em número e em qualidade, são os seus principais constrangimentos, muito embora, neste último caso, de tempos a tempos, se tenham vindo a realizar, sobretudo por iniciativa do INATEL, cursos para regentes de bandas e de formação de animadores folclóricos e teatrais, da responsabilidade de técnicos especializados.

A actividade cultural apenas depois do 25 de Abril de 1974 mereceu das Câmaras Municipais da Região do Douro um departamento devidamente estruturado. Hoje, todas elas possuem um "Pelouro da Cultura", muitas vezes exercido pelo próprio Presidente da Câmara, o que demonstra a importância que o sector vem adquirindo. Isto, parecendo um contra-senso, uma vez que o sector poderia justificar um pelouro autónomo, assumido por um vereador próprio, não o será tanto assim: o seu desempenho permite lidar frequentemente com as associações do concelho e estas,

³ Cfr. "Associações Populares para o Desenvolvimento", Johan NorbeK, 1983.

⁴ Cfr. "O Sector da Cultura: Práticas e Políticas nos Municípios da Região Norte", CCRN, 1998.

além de potenciarem votos, pelas redes clientelares e pelas lealdades que criam, potenciam, igualmente, a reconfirmação dos mandatos aos seus detentores (Fernandes, 1994), facto que os autarcas conhecem e pretendem utilizar em seu favor. As relações entre as associações e as Câmaras municipais têm-se situado, por isso mesmo, numa linha “muito marcada pelo jogo entre a lealdade e o subsídio” (Silva, 1993: 141), numa lógica de patrocínio e de pressão mútua que, em alguns casos, pode ter feito perigar a própria essência do associativismo como espaço de afirmação democrática e de liberdade.

Vejamos, no quadro que se segue, as verbas investidas no Sector da Cultura pelas Autarquias Durienses, em contos, de 1992 a 1997.

Quadro 2. Verbas Investidas na Cultura pelas Câmaras Municipais Durienses (1992-1997)

CONCELHOS	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Alijó	42.698	49.895	37.616	50.284	400.707	293.854
Armamar	5.700	12.784	18.013	10.854	35.577	94.973
C. Ansiães	20.480	78.099	54.855	39.462	54.718	42.846
F. Esp. C.inta	5.860	5.250	76.718	75.371	59.567	32.571
Lamego	169.023	277.625	180.544	147.924	151.684	189.422
Mesão Frio	3.660	5.960	5.014	7.390	8.937	49.121
Murça	12.782	78.846	14.000	52.693	59.150	67.500
P. Régua	213.548	56.349	56.072	86.326	47.416	109.385
Sabrosa	35.530	13.764	32.169	25.286	92.164	133.280
Sta Marta	28.886	23.902	30.352	26.345	40.927	27.610
S. J. Pesqueira	77.327	15.901	64.313	155.796	55.719	63.818
Tabuaço	8.703	100.219	77.834	38.684	141.194	45.395
T. Moncorvo	87.841	37.525	73.235	73.246	82.572	271.263
Vila Flor	58.035	70.448	10.275	75.585	20.375	123.966
V. N. F. Côa	30.889	69.010	55.193	88.232	108.934	158.485
Vila Real	116.544	28.789	33.600	131.195	225.478	392.831
TOTAIS	917.497	898.456	819.803	1.084.073	1.585.119	2.116.320

Fontes: CCRN, “O Sector da Cultura: Práticas e Políticas nos Municípios da Região Norte”, 1998; INE – “Região Norte”, 1995 e 1996; INE – “Anuário Estatístico da Região Norte, 1997”, informação não publicada de 1998.

Como se pode observar, a generalidade dos municípios durienses tem vindo a reforçar os seus orçamentos relativamente à Cultura, ainda que, mesmo assim, as verbas despendidas apenas representem 3% dos investimentos autárquicos no sector, a nível nacional, circunstância a que não será estranho o facto de o Douro ser, juntamente com o Alto Trás-os-Montes, uma das sub-regiões menos desenvolvidas do país, com uma industrialização incipiente, uma baixa actividade económica e um poder de compra da população que é o terceiro menor de Portugal, razões que têm levado uma parte importante da população a emigrar.

3. Estrangulamentos e Carências

Embora muitas das associações que desenvolvem a sua actividade na região tenham tido a sua origem no dealbar do século XX - algumas foram criadas há mais de um século - a grande maioria nasceu com o 25 de Abril de 1974. Passado, no entanto, o fervor bairrista ou o fulgor "revolucionário" que as fez nascer, muitas associações deixaram de existir ou mantiveram-se, apenas, para dar, em última análise, "legitimidade social" aos políticos locais.

Outras, pelo contrário, adaptaram-se, alteraram a sua forma de liderança e de organização interna, deixando de depender tão directamente da figura tutelar do Presidente da Junta. Encontrando o seu espaço, abriram-se a novas actividades, reforçaram a participação dos seus associados e procuraram, até, formas alternativas de financiamento, libertando-se, em maior ou menor grau, da pressão que, por via do subsídio, o poder municipal lhes movia.

Continuam, no entanto, a sentir grandes dificuldades, dada a escassez de quadros associativos e de técnicos habilitados, tanto em quantidade como em qualidade, sobretudo nas associações cujas actividades principais são a música ou o teatro, razão pela qual as tocatas dos ranchos folclóricos se encontram, em geral, extremamente enfraquecidas e os ensaios são regularmente feitos com o recurso ao gravador, e o principal encenador das peças teatrais é o próprio autor, com as indicações que vai dando ao longo do texto.

Mais, no entanto, do que as dificuldades financeiras, mais, até, do que a insuficiência dos recursos técnicos e humanos com que vivem a maior parte das associações culturais da região, o principal problema com que se debatem é a falta de diálogo entre elas, o que tem dificultado a rentabilização dos recursos, apesar de tudo disponíveis, e o estabelecimento de redes de cooperação e de interajuda, condições fundamentais ao estabelecimento de uma verdadeira política cultural. As próprias Câmaras Municipais, reconhecidamente "o principal agente cultural que, muitas vezes é o empresário e até o protagonista quase único, que encontra nas escolas e nas associações locais os colaboradores principais para as iniciativas Culturais" (CCRN, 1998: 2), não têm tido o cuidado, ou a capacidade, para pensarem e agirem em termos duma verdadeira política cultural no âmbito dos seus concelhos. Ao mesmo tempo, têm mantido uma quase total ignorância sobre o que se vai fazendo, no âmbito da Cultura, nos concelhos vizinhos.

É assim que, à falta duma verdadeira política cultural, as Câmaras da região têm vindo a orientar o seu investimento para obras, em vez de pessoas: o equipamento, em detrimento da formação; os espaços, sem cuidar de os valorizar; os eventos, em vez da criação (INE, 1998). A obsessão pelo equipamento tem sido uma constante, como se de um fim em si mesmo se tratasse: o auditório, o cine-teatro, o museu, constituem para a grande maioria dos autarcas durienses, “a obra de marca” de um mandato, nela depositando enormes expectativas de redenção cultural que ele não pode, obviamente, cumprir.⁵

A arbitrariedade na atribuição, por parte das Autarquias, dos subsídios às associações, em cujo relacionamento, em muitos casos, a lógica partidária, feita “de reforço mútuo” e de “fidelidades recíprocas” (Fernandes, 1994: 131), se sobrepõe às necessidades reais, participando o poder municipal “da capacidade de violência legítima do poder do Estado” (Idem; 130), condiciona claramente a sua actividade, assim como, de resto, a condicionam os elevados índices de envelhecimento e de desertificação que se verificam, de uma forma avassaladora, por toda a Região.

4. Conclusões

Modelos e políticas de desenvolvimento que, durante décadas, foram adoptados e que identificavam desenvolvimento com crescimento económico, acabaram por criar mais assimetrias regionais, mais desemprego, mais bolsas de pobreza e por acelerar a destruição do equilíbrio ecossistemático (Silva, 1990 e Ferreira, 1994). Em alternativa, defende-se hoje uma abordagem de desenvolvimento mais centrada território local que, desta forma, assumindo-se como espaço vivido e sentido pelos seus naturais, adquire uma dimensão estratégica fundamental para um desenvolvimento que se pretende endógeno, participado, solidário, auto-sustentado e global (Ferreira e Guerra, 1994).

Assim, o enfoque do desenvolvimento já não se circunscreve a uma política agrícola, que deve ser substituída por uma política rural mais ampla e integrada, em que a preservação das paisagens e das práticas tradicionais deva ser encorajada, por forma a: “inverter o êxodo rural; combater a pobreza; estimular o emprego e a igualdade de oportunidades; responder às exigências crescentes em matéria de qualidade, saúde, segurança, desenvolvimento pessoal e lazer; melhorar o bem-estar nas áreas rurais” (Declaração da Conferência de Cork, 1996).

⁵ Cfr. “Diagnóstico Prospectivo da Região Norte”, CCRN, 1998.

As associações culturais, na medida em que se identificam com a realidade local e reflectem a identidade das suas terras e comunidades, são factores incontornáveis de desenvolvimento, não apenas porque se opõem à massificação e afirmam as especificidades do território, e “a afirmação da identidade cultural é condição fundamental para o desenvolvimento local” (Melo, 1997: 93), mas, sobretudo, porque se têm vindo a constituir como um espaço de debate e intervenção cívica, são um património humano e social que a Região terá todas as vantagens em valorizar.

E se, quando se fala em Associações Culturais, nos vêm logo à mente as bandas de música, os grupos de teatro ou as tunas, elas não esgotam a sua actividade na recolha etnográfica nem na divulgação do folclore local: elas são responsáveis por inúmeras rádios locais e por alguns jornais que fazem a sensibilização para a defesa e a conservação do património construído e para a necessidade de respeitar o ambiente, gerem infantários, lares de idosos e centros de dia, promovem colóquios, conferências e debates sobre os mais variados temas, são, numa palavra, agentes efectivos de formação de cidadãos, construção de solidariedades e desenvolvimento económico e social. Por isso mesmo, o trabalho das associações deixou de ser entendido depreciativamente como *folclore* e passou a ser por todos encarado como factor de coesão e de fixação dos jovens à terra, entendimento que raramente tem conduzido a uma preocupação e a um esforço claro de formação de quadros associativos ou de técnicos animadores culturais.

É apostando na riqueza e diversidade da sua identidade e do seu património cultural que as zonas rurais vão poder desenvolver actividades económicas geradoras de valor acrescentado e de emprego, porque “a afirmação da identidade cultural local e a melhoria da qualidade de vida induzidas por estas actividades reforçam o orgulho dos rurais e o seu sentimento de pertença a um território, garantias de sobrevivência e de desenvolvimento” (Kayser, 1994: 12). Urge, por isso mesmo, até para evitar o desaparecimento de algumas associações, e por forma a unir as juventudes locais, “divididas ou dilaceradas entre uma rígida fidelidade ao passado e uma herética abertura ao presente “ (Melo, 1997: 96), apostar claramente no trinómio tradição/ inovação/ qualificação, no sentido de que, no respeito pela tradição das pessoas e das comunidades, se fossem promovendo as necessárias inovações, fazendo-as acompanhar da qualificação suficiente para que as mesmas pessoas possam beneficiar com as alterações operadas, tanto a nível cultural como a nível geral.

É indispensável, por outro lado, fomentar acções e programas que impliquem a organização e a gestão de interesses comuns, combatendo, desta forma, o isolamento e a falta de recursos técnicos e humanos, recuperando, valorizando e divulgando o potencial cultural existente e envolvendo as pessoas e as comunidades nessas acções.

É imperioso proceder à descentralização das actividades a concretizar – actividades que sejam pensadas em termos duma verdadeira política, e não organizadas como mera listagem de realizações avulsas – levando-as, na medida do possível, a todas as localidades, por mais remotas que elas sejam, no sentido de dar a todos as mesmas oportunidades efectivas de acesso à cultura. Será necessário, para tanto, que as Câmaras Municipais adoptem, depois de uma perfeita identificação com a realidade cultural dos respectivos concelhos, um modelo de intervenção que estabeleça prioridades, critérios de intervenção e definição de objectivos anuais ou plurianuais, susceptíveis de serem reequacionados, corrigidos ou reforçados, conforme as respostas que obtivessem no terreno.

É igualmente necessário, e isso competirá, em primeiro lugar, aos poderes locais, introduzir ou reforçar na vida das localidades uma verdadeira democracia cultural, promovendo o intercâmbio e a cooperação entre todos os parceiros sociais e facilitando a participação das pessoas, desde a acção social à valorização ambiental e à animação cultural.

É absolutamente indispensável encontrar um ponto de convergência “igualitária”, e não de subordinação, entre a Cultura e o Turismo, até agora pouco efectiva, que deixasse de ver a Cultura tanto como produto – às vezes de pouca qualidade, diga-se – e mais como um valor; menos como espectáculo e entretenimento e mais como criação e participação, evitando a utilização meramente economicista da cultura que é, “além de menosprezatória, quase sempre predatória – usa, abusa e deixa cair quando já não serve” (INE, 1998: 13). Por isso mesmo, é fundamental proceder a uma abordagem integrada da política cultural, com a criação de linhas de financiamento para a cultura, quer ao nível dos equipamentos, quer do património e das actividades culturais.

É também importante estabelecer redes de cooperação intermunicipais e intraregionais, aproveitando, para tanto, as novas tecnologias de informação, privilegiando não apenas a qualificação dos recursos humanos existentes, mas, também, a criação e a inovação, bem como a institucionalização ou melhoria da cooperação entre as várias áreas da acção cultural. Finalmente, como o mais importante de tudo são as pessoas, para além da formação que lhes é devida, todo o sistema ou critérios de escolha, nomeação e valorização do pessoal que trabalha nos

Pelouros da Cultura ou nos serviços Desconcentrados do Poder Central deveria ter em conta, apenas e só, um sentido: o da sensibilidade, da competência e da qualificação, deixando à margem todos os outros.

Isto tudo porque “a cultura não é a flor com que se adorna, como último gesto, uma mesa farta; ela está na génese de atitudes e aprendizagens que condicionam e orientam o desenvolvimento global” (INE, 1998:12): pretende-se dinâmica, interactiva e ao alcance de todos, não apenas como acesso a um bem indispensável, mas, sobretudo, como exigência de futuro porque, como afirma Melo (1997: 97), “a construção do próprio futuro é o acto cultural por excelência para qualquer ser humano como para qualquer sociedade.”

Referências

- ANIMAR 98, (1998). Desenvolvimento Local: Uma Oportunidade de Futuro! Animar: Messejana.
- BARRETO, A. (1993). *Douro*. Edições Inapa: Lisboa.
- C.C.R.N., (1998). *O Sector da Cultura: Práticas e Políticas nos Municípios da Região do Norte*. CCRN: Porto.
- CCRN., (1998). *2000-2006: Diagnóstico Prospectivo da Região Norte*. CCRN: Porto.
- COSTA, M. S. e NEVES, J. P. (Coord) . (1991). Autarquias Locais e Desenvolvimento, *Actas do Colóquio “Autarquias Locais e Desenvolvimento”*, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Edições Afrontamento: Porto.
- FERNANDES, A .T. (1994). Poder Autárquico e Poderes Difusos, Dinâmicas Culturais, *Cidadania e Desenvolvimento Local, Actas do Encontro de Vila do Conde*, 1 – 3 Abril de 1993, pp.123-145. Associação Portuguesa de Sociologia: Lisboa.
- FERREIRA, J. M. C. (1994). *Douro: Avaliação das Políticas Sectoriais*. CCRN: Porto.
- FERREIRA, J.M.C. (1994). Algumas Notas sobre o Pelouro da Cultura nas Autarquias da Região Norte, *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local, Actas do Encontro de Vila do Conde*, 1-3 Abril de 1993, pp. 633-658. Associação portuguesa de Sociologia: Lisboa.
- FERREIRA, V. e GUERRA, I. (1994). Identidades sociais e estratégias locais, *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local, Actas do Encontro de Vila do Conde*, 1-3 Abril de 1993, pp. 299-319. Associação Portuguesa de Sociologia: Lisboa.

- FONTE, B. (1985). Rezas, Crendices e Medicina Popular em Terras de Barroso, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Sociedade Portuguesa de Etnologia: Porto.
- INE. (1998). *Anuário Estatístico da Região Norte 1997*. INE: Porto.
- INE. (1999). *Destaque do INE*. INE: Lisboa.
- KAYSER B. (1994). A Cultura, uma Alavanca para o Desenvolvimento Local, *Leader Magazine*, Nº 8, pp. 5-9.
- LIMA, L.C. (1982). As Associações como Instâncias Educativas Promotoras de Desenvolvimento", *Gil Vicente, Revista de Cultura e Actividades*, Vol. III, Nº 2.
- MELO, A. (1997). Políticas e Estratégias Culturais para o Desenvolvimento Local, *Forum*, Nº 21, pp. 85-99.
- NORBECK, J. (1983). *Associações Populares para o Desenvolvimento*. DGEA: Lisboa.
- PINTO, J. M. (1994). Uma Reflexão sobre Políticas Culturais, *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local, Actas do Encontro de Vila do Conde*, 1-3 Abril 1993, pp. 767-791. Associação Portuguesa de Sociologia: Lisboa.
- REBELLO, L. F., (1991). *História do Teatro*. INCM: Lisboa.
- SANTOS, M. L. L. (1998). *As Políticas Culturais em Portugal*. Observatório das Actividades Culturais: Lisboa.
- SILVA, A. S. S. (1990). *Educação de Adultos, Educação para o Desenvolvimento*. Edições Asa: Porto.
- SILVA, A. S. S. (1993). Políticas Culturais Municipais e Animação do espaço Urbano. Uma análise de seis cidades portuguesas, *Cultura & Economia, Actas do Colóquio realizado em Lisboa*, 9-11 de Novembro de 1994, pp. 253-270. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa: Lisboa.
- VERHELST, T. (1994). A Cultura e o Desenvolvimento Local, *Leader Magazine*, Nº 8, pp.10-11.
- VIEIRA, P. e RODRIGUES, F. (1993). Enfrentar a Mudança Económica e Social a nível das Comunidades Locais, *Estruturas Sociais e Desenvolvimento, Actas do II Congresso Português de Sociologia*, pp. 1017-1038. Associação Portuguesa de Sociologia: Lisboa.